

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 10, número 1 (2019)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Mulheres Indígenas no Estado do Acre (BR): Do Território Tradicional aos Movimentos Indígenas nas Cidades

*Mujeres Indígenas en el Estado de Acre (BR): Del
Territorio Tradicional a los Movimientos Indígenas en
las Ciudades*

*Indigenous Women in the State of Acre (BR): From the
Traditional Territory to Indigenous Movements in Cities*

Alessandra Severino Silva Manchinery
Universidade Federal de Rondônia – Brasil
amanchinery@gmail.com

Adnilson de Almeida Silva
Universidade Federal de Rondônia – Brasil
adnilson@unir.br

Como citar este artigo:

MANCHINERY, Alessandra S. S.; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Mulheres Indígenas no Estado do Acre (BR): Do Território Tradicional aos Movimentos Indígenas nas Cidades. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 26-42, 2019. ISSN 2177-2886.

Disponível em:
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Mulheres Indígenas no Estado do Acre (BR): Do Território Tradicional aos Movimentos Indígenas nas Cidades

*Mujeres Indígenas en el Estado de Acre (BR): Del Territorio
Tradicional a los Movimientos Indígenas en las Ciudades*

*Indigenous Women in the State of Acre (BR): From the Traditional Territory to
Indigenous Movements in Cities*

Resumo

O presente trabalho pretende refletir sobre territórios e especificidades de mulheres indígenas na Amazônia brasileira, mais especificamente do Estado do Acre, com suas lutas encampadas pela defesa dos territórios ancestrais, bem como o estabelecimento de relações com o movimento indígena. Assim, o caminho metodológico terá como partida a experiência de vida e de luta de lideranças femininas, as quais inserem preocupações quanto aos seus direitos, seus posicionamentos e reflexões que provocam transformações em suas realidades sociais e culturais. Para além das considerações iniciais e finais, o artigo encontra-se estruturado em quatro seções específicas: a) Territórios, Movimento Indígena e Política Indígena; b) Mulheres indígenas no Estado do Acre; c) Territórios e Lideranças femininas; d) Mulheres no Movimento Indígena. O sentido dado por essas mulheres reflete a busca pelo protagonismo e o empoderamento frente à realidade existente no âmbito amazônico.

Palavras-Chave: Amazônia; Mulheres Indígenas; Território; Movimento Indígena.

Resumen

El presente trabajo pretende reflexionar sobre territorios y especificidades de mujeres indígenas en la Amazonia brasileña, pero específicamente del Estado de Acre, con sus luchas enmarcadas por la defensa de los territorios ancestrales, así como el establecimiento de relaciones con el movimiento indígena. Así, el camino metodológico tendrá como partida la experiencia de vida y de lucha de liderazgos femeninos, las cuales insertan preocupaciones en cuanto a sus derechos, sus posicionamientos y reflexiones que provocan transformaciones en sus realidades sociales y culturales. Además de las consideraciones iniciales y finales, el artículo se encuentra estructurado en cuatro secciones específicas: a) Territorios, Movimiento Indígena y Política Indígena; b) Mujeres indígenas en el Estado de Acre; c) Territorios y Líderes femeninos; d) Mujeres en el Movimiento Indígena. El sentido dado por esas mujeres refleja la búsqueda del protagonismo y el empoderamiento frente a la realidad existente en el ámbito amazónico.

Palabras-Clave: Amazonia; Mujeres Indígenas; Territorio; Movimiento Indígena.

Alessandra Severino Silva Manchiniery, Adnilson de Almeida Silva



Abstract

This work proposes a reflection on the territories and specificities of indigenous women in the Brazilian Amazon, more specifically in the State of Acre, with their struggles for the defense of the ancestral territories, as well as the establishment of relations with the indigenous movement. Thus, the methodology adopted starts from the experience of life and the struggle of female leaders, which include concerns about their rights, their positions and reflections that provoke transformations in their social and cultural realities. In addition to the initial and final considerations, the article is structured in four specific sections: a) Territories, Indigenous Movement and Indigenous Policy; b) Indigenous women in the State of Acre; c) Territories and Women's Leadership; d) Women in the Indigenous Movement. The meaning given by these women to their action reflects the search for protagonism and empowerment in the face of the existing reality in the Amazonian environment.

Keywords: Amazon; Indigenous Women; Territory; Indigenous Movement.

Considerações Iniciais

As mulheres indígenas no mundo, apresentam diferentes situações sociais causadas principalmente por seus usos e valores culturais, sociais, políticos e espirituais, assim como pela influência da sociedade externa.

Contudo, elas são diferentes da mulher ocidental, devido aos modos de vida que construíram desde tempos imemoriais, e tem uma tripla discriminação causada por sua raça/etnia, ser mulher e sua condição geral, de pertencer a culturas e pensamentos que se distinguem da sociedade envolvente. Estudar as mulheres indígenas implica considerar, sobretudo a recente organização política que começaram a desenvolver, tanto internamente como em instâncias internacionais.

Desta forma, o objetivo do presente artigo é expor a experiência de vida e de luta de lideranças femininas, no que tange à preocupação com seus direitos, seus posicionamentos e reflexões que produzem transformações em suas realidades sociais e culturais, com isso procuramos conhecer as práticas político-culturais que tem se desenvolvido em alguns setores femininos no movimento indígena com o apoio de organizações do terceiro setor e da sociedade civil. O foco é a emergência da "identidade de mulheres indígenas" e em especial sua luta dentro do movimento indígena.

No caso particular do Acre o movimento das mulheres indígenas distingue-se pela originalidade de ser marcado politicamente por sua relativa novidade e, ao mesmo tempo, a condição de consequência das diversas formas de intervenção que tem tido a necessidade de elaborar propostas que afirmem o protagonismo e empoderamento como povos originários.

O aumento no/do número de associações específicas de mulheres, é ainda muito incipiente, todavia significativo, em virtude de se constituir um espaço dado e alcançado por elas, com questões e pautas próprias junto às organizações indígenas de modo geral. O maior capital social obtido tem sido a inclusão nas agendas públicas e o acesso em agências financiadoras de projetos sociais junto às comunidades, por meio da criação de linhas de trabalho específicas direcionadas a questões de gênero, o que marca como aspecto sintomático nesse processo de mudança.

Alessandra Severino Silva Manchinery, Adnilson de Almeida Silva

Para tanto, a natureza das reivindicações femininas está relacionada principalmente à necessidade de reflexão a respeito do caráter desigual que permeia a distribuição de benefícios individuais e coletivos entre homens e mulheres nas comunidades e demais coletivos indígenas. À primeira vista, isto seria o suficiente para trazer este movimento diretamente para o campo das lutas. No entanto, a organização política delas apresenta desafios instigantes tanto para os interlocutores externos dos povos originários quanto para o próprio movimento indígena de forma mais ampla, uma vez que obriga todos a repensar o sentido da equanimidade preconizada no interior de suas governanças.

Por esse motivo, o artigo instiga a refletir sobre os territórios e a especificidades de mulheres indígenas na Amazônia brasileira - notadamente do Estado do Acre – através das lutas pelo território tradicional, assim como a relação que estabelecem enquanto movimento indígena. Os procedimentos metodológicos adotados encontram-se alicerçados na construção e experiência de vida e na luta de lideranças femininas, as quais traduzem suas preocupações acerca do acesso e garantias de seus direitos, assim como os posicionamentos e reflexões que resultam em transformações em suas realidades sociais e culturais. Didaticamente, o artigo é estruturado da seguinte forma: 1) Territórios, Movimento Indígena e Política Indígena; 2) Mulheres indígenas no Estado do Acre; 3) Territórios e Lideranças femininas; 4) Mulheres no Movimento Indígena.

Territórios, Movimento Indígena e Política Indígena

Conceituar o que é território, movimento e política indígena não é algo fácil, em decorrência que a linha de pensamento e o raciocínio dos povos originários é fruto de outra lógica, a qual considera a interconexão de universos particulares e neles tudo ocorre de forma interdependente, transdisciplinar e múltiplo, o que resulta num todo holístico.

Entretanto, dialogaremos com alguns autores não indígenas, os quais direta ou indiretamente contribuem com a discussão. Um desses autores apresenta o conceito de “marcadores territoriais” como uma das variáveis para se compreender as relações estabelecidos pelos povos originários com o espaço/território, ao admitir que:

[...] são experiências, vivências, sentidos, sentimentos, percepções, espiritualidade, significados, formas, representações simbólicas e presentificações que permitem a qualificação do espaço e do território como dimensão das relações do espaço de ação, imbricados de conteúdos geográficos. [...] As representações dos “marcadores territoriais” se originam a partir do registro dos fatos e dados que ocorrem subjetivamente no indivíduo [...] são oriundos dos aspectos relacionados à espiritualidade, ao mito, à linguagem, à lembrança, à reverência aos mortos, à memória dos antepassados, à materialidade, às formas e às representações simbólicas que organizam o espaço de ação de determinado coletivo (ALMEIDA SILVA, 2005, p. 105; 110; 120 - 121).

Alessandra Severino Silva Machinery, Adnilson de Almeida Silva

Deste modo, o autor procura refletir que a territorialidade indígena perpassa questões meramente materiais, isto é, nela se torna presentes aspectos, elementos e fenômenos imateriais que podem ser sentidos, vivenciados por determinado povo, mas que não estão acessíveis a outros em decorrência de diferentes visões de mundo, distintas espacialidades e territorialidades, consequentemente com desdobramento sobre o espaço e/ou território – a depender da perspectiva que se tem sobre essas categorias de análise.

Por outra abordagem teórica conceitual, Raffestin (1993) considera que o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator ‘territorializa’, o espaço.

Assim o território é um conceito central para a Geografia, justamente por dizer respeito à espacialidade humana, tem uma certa tradição em outras áreas, cada uma com enfoque em uma determinada perspectiva. De modo que a Geografia tende a enfatizar a materialidade do território em suas múltiplas dimensões e que inclui a interação sociedade - natureza; a Ciência Política destaca sua construção a partir de relações de poder - na maioria da vezes, ligada à concepção de Estado; a Economia prefere a noção de espaço a de território, pois percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção - enquanto “força produtiva”; a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente nos estudos das sociedades ditas tradicionais, mas também no tratamento do “neotribalismo contemporâneo; a Sociologia, por sua vez, considera-o pelos processos de intervenção nas relações sociais, em sentido extenso; e a Psicologia, finalmente aciona-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, e amplia-o até a escalada do indivíduo (HAESBAERT, 2017, p. 37).

Em fase as problemáticas relacionadas à terra, à territorialidade, ao espaço, a luta indígena tem sido de muita resistência na conquista de seus direitos ao longo dos séculos, todavia com a abertura democrática na América Latina e com desdobramento no Brasil, nos anos 1980 conjuntamente com outros movimentos de reivindicação territorial, os povos originários passaram a ser percebidos – ainda que muitos desses continuam invisíveis perante o Estado e à sociedade. Neste sentido, elucida Borges (2005, p. 47 - 48) que:

Em 1980 é fundada a União das Nações Indígenas, sob os auspícios de antropólogos e indigenistas reunidos no 1º Seminário de Estudos Indigenistas do Mato Grosso do Sul e, posteriormente, é abraçada por algumas lideranças nacionais como Ailton Krenak e Álvaro Tukano. Porém, devido à imensa extensão territorial do país e à diversidade dos povos indígenas, a UNI se mostrou com sérias dificuldades, em articular um movimento de representação nacional e, a partir de metade dos anos 1980, o movimento indígena volta-se novamente para a criação e consolidação de organizações locais e regionais, como a UNI/AC (União das Nações Indígenas do Acre) sediada em Rio Branco, representante de 11 povos indígenas do Acre e sul do Amazonas e a Aty Guasú Guarani, que conglomerava os Guarani de Mato Grosso do Sul.

Após a chegada da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967 – sucessora do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e o indispensável trabalho dos antropólogos e de setores importantes da Igreja Católica como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), as populações indígenas que durante muitos anos foram tratadas como ‘aculturados’ e caboclos, entraram num processo de autoafirmação da sua identidade e ancestralidade, elemento indispensável para o processo de regularização das terras indígenas. No entanto, a garantia das terras indígenas na constituição de 1988 não foi suficiente para efetivação desta demanda histórica, uma vez que além da organização das etnias era preciso enfrentar a constante burocratização que consistia não apenas em reconhecer o direito à terra, mas negociá-la com os fazendeiros (ALMEIDA; CRUZ, 2016).

Ressalta-se que mesmo com o apoio das entidades indigenistas, que sem dúvida foram importantes para organização política, os povos originários de diferentes etnias estrategicamente se agruparam na União das Nações Indígenas - UNI, e protagonizaram todas as conquistas que se estenderam pelos anos de 1980 a 2000. Neste sentido, o Jornal O Rio Branco durante os anos de 1990, aponta que algumas etnias saíam à frente das lideranças da FUNAI e realizaram o trabalho de demarcação das suas terras, que posteriormente foram homologadas como terras indígenas (ALMEIDA; CRUZ, 2016).

Já na política indígena o entendimento é que muito pouco tem-se avançado nos últimos quatro anos, de modo que se limita a algumas ações pontuais, as quais não conseguem e não possuem a capacidade de impactar as grandes demandas reprimidas desses povos. Em alguns casos foram adotadas estratégias equivocadas que não contribuíram para o aperfeiçoamento das políticas em curso e em outros foram adotadas no sentido de confundir e fragilizar a luta dos povos e do movimento indígena.

No domínio da FUNAI, por exemplo, foram incorporadas a partir do terceiro escalão para baixo, lideranças indígenas sem vinculação direta com o movimento e com as comunidades indígenas. Essa questão serviu mais para legitimar as políticas e ações do governo, além de produzir novos grupos corporativos de indígenas que lutam a tudo custo por interesses privados dentro do órgão. Assim, evidencia-se o aumento considerável de disputas internas que inviabilizam qualquer possibilidade de mudanças macroestruturais, as quais são necessárias e urgentes para dinamizar a instituição. Outra profunda contradição nas estratégias adotadas pelo Estado brasileiro diz respeito à ampliação dos espaços de participação e controle social das políticas públicas dirigidas aos povos originários. Dezenas de conselhos, comissões e comitês foram criadas com a participação de representantes dos povos indígenas (BANIWA, 2008)

No entanto, tais instrumentos importantes da democracia brasileira foram neutralizados e desvalorizados por falta de seriedade estatal no planejamento e execução de políticas e ações permanentes e adequadas a esses povos, o que resultou no esvaziamento do papel desses espaços de participação e controle social. Os representantes indígenas nos conselhos recebem fortes pressões de suas comunidades no encaminhamento de soluções para seus problemas e

como não são atendidas por diversas razões, sucumbem a retirada do apoio e da legitimidade. Em primeiro lugar, os conselhos não conseguem um mínimo de autonomia e poder real de deliberação, assessoria, avaliação, fiscalização e formulação de políticas. Em segundo lugar, não se verifica nenhum investimento na capacitação dos conselheiros e das organizações indígenas para exercerem seus papéis, funções e responsabilidades de forma qualificada, conforme apontado por Baniwa (2008).

Em virtude de tais processos ocorreram disputas que mobilizaram não indígenas e indígenas com vista ao direito à participação em todas as instâncias de discussões que envolviam assuntos atinentes aos povos originários. Para tanto, as comunidades começaram a se articular internamente com o objetivo de construir uma narrativa comum, pois, o movimento indígena logo compreendeu que a história e os territórios estavam ameaçados, por isso a relevância da participação dos mais velhos que são os guardiões da memória, conforme contextualiza Valdemir Kaxinawa, pertencente ao Centro de Formação Povos da Floresta/CPI/AC, 2014 em entrevista:

Os indígenas mais velhos de cada região e de cada povo começaram a pensar juntos a suas comunidades. Assim nasceram as lideranças. Cada povo passou a ser representado em Rio Branco e em Brasília. O chefe de cada povo indígena começou a brigar pela demarcação de uma terra indígena para seu povo.

E assim o movimento indígena se consagra em seu território tradicional, e também fora dele e atinge às esferas nacionais, de modo que torna-se sua própria luta e resistência, da qual as mulheres deram e oferecem ainda valiosa contribuição social, cultural, espiritual e política de seus povos.

Mulheres Indígenas no Estado do Acre

O propósito desta seção é de abordar/relatar a história de mulheres indígenas no/do Estado do Acre, através de sua voz e de seu pensamento, conforme corrobora Sacchi (2014, p. 229): “A visão de gênero deve se desenvolver a partir das dinâmicas cotidianas das comunidades indígenas, as quais se desenvolvem de acordo com uma divisão de espaços, tarefas e conhecimentos de homens e de mulheres”.

Por esta relação entre os gêneros é que são definidas os papéis e responsabilidades no interior das famílias e das comunidades em conformidade com leis e valores, de construção cultural e comportamento pertinente a cada gênero, cujos valores podem ser modificados em decorrência das injunções que ocorrem no território ou no espaço, seja pela dinâmica própria ou por influências externas.

Neste sentido, acordo com a entrevista do líder Manchineri, José Severino da Silva também conhecido como “Zé Urias”, em entrevista (agosto/2014), a pressão existente vem desde muito tempo e foi potencializado quando da instauração do sistema seringalista na região, os indígenas sobreviventes das correrias foram submetidos à condição de ‘empregados’, com isso trabalhavam na extração da seringa, abertura de estradas, transporte de mercadorias e

fornecimento de peixes e carnes de caça para atender esses empreendimentos extrativistas. Além da exploração do trabalho extrativista e agrícola, existia também uma série de proibições quanto às práticas culturais do povo, o qual era impedido de falar a língua, praticar a religiosidade, as festas e utilizar as vestimentas.

Tal situação conflituosa perdurou até fins da década de 1970 quando as populações indígenas protagonizaram mobilizações que resultaram na garantia de suas terras, ainda que, com um alto custo de vidas que foram perdidas, em seguida ocorreu a colonização e a pecuarização do Acre que trouxe outros desdobramentos com grandes impactos das mais variadas ordens para as populações indígenas e tradicionais.

Estes desafios decorrentes propiciaram que houvesse o processo de mobilização protagonizada pelas etnias indígenas do Acre, as quais realizaram uma vigorosa e importante revitalização cultural, pois, durante o cativeiro nos seringais foram incorporados ao sistema como trabalhadores, e eram tratados como ‘caboclos’, portanto, não étnicos.

Este se tornou um momento propício para esta população (re)significar o seu presente, evocar as tradições e valores culturais do passado, sobretudo por meio da consulta à memória dos mais velhos, que guardavam histórias contadas por seus pais e avós. Neste contexto as narrativas míticas foram retomadas com o intuito de amparar a história e a identidade dos Manchineri, elementos indispensáveis na reafirmação cultural e conquista de direitos (MANCHINERY, 2014).

Em direção semelhante é salutar a análise que “Compreender o espaço a partir do subjetivo e das experiências vividas possibilita entendê-lo como representação simbólica e social, em que o ser humano (re)cria os símbolos que favorecem sua relação com os demais seres, com a espiritualidade e com o lugar” (SURUÍ; SURUÍ; ALMEIDA SILVA, 2014)

Este parece ser o exercício cotidiano dos povos indígenas em entender novos códigos representativos. No caso dos Manchineri pode ser pontuado que inseridos no sistema econômico tiveram dissabores decorrentes desse, como com a queda do valor da borracha no mercado, os homens ficaram sem saber o que fazer para oferecer como moeda de troca.

No período dos seringais as mulheres indígenas da época não participavam de reuniões, apenas ficavam em ‘seu canto’ emudecidas, invisíveis, silenciadas, pois não podiam se posicionar frente ao que ocorria. Muitas pensavam como colocar também sua força, sua energia, seus saberes à disposição da luta dos homens indígenas, dos seus parceiros, por uma vida mais digna. Concretamente pensavam como ajudar a comprar o sal, o combustível, a munição para as caçadas, sabão, dentre outras coisas que já faziam parte de suas necessidades básicas (MANCHINERY, 2014). Todavia, a realidade, a dureza e a marginalização não permitiam que suas ações fossem materializadas.

No entanto, nos anos de 1980, as mulheres começaram a se movimentar para assim adentrar na luta juntos aos homens, mesmo com pouca voz, elas começam a lutar por direitos relacionados à educação, à saúde, às alternativas econômicas para si e para seu povo. Estes eram os assuntos que estavam presentes basicamente em todas as pautas de discussões.



As líderes indígenas Leticia Yawanawá¹ e Nazaré Apurinã, nascidas em aldeias acreanas consideram que a situação das mulheres ainda está longe do ideal. Elas simbolizam o papel exercido em seus povos, tanto que mudaram-se para Rio Branco nos anos 1980 para acompanhar os maridos, bem como completar os estudos na capital do Estado e destacaram –se como grandes lideranças.

Por influência de seus maridos, começaram a se interessar pelo movimento indígena, que à época pressionava o governo pela demarcação de terras. Mas num dos primeiros encontros que presenciaram, entre líderes da hoje extinta União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI), estranharam a composição da mesa de debates, visto que as mulheres foram relegadas a segundo plano.

A reivindicação cresceu e em 1996, Yawanawá e Apurinã resolveram se unir a outras duas indígenas para discutir formas de melhorar a vida de mulheres nas comunidades. Acerca do papel feminino e do anseio por maior participação, é destacado por Nazaré Apurinã, em 19 de abril de 2012, que:

Pela tradição, não tínhamos autonomia nas aldeias. Mas quando os líderes viajavam para a cidade para participar de reuniões, quem ficava tomando conta éramos nós. Precisávamos ter mais voz”. E foi com muita luta que nós criamos em 98, o GMI – Grupo de Mulheres Indígenas da UNI-AC, com trabalho mais voltado à comercialização do artesanato indígena.

Entre as várias reivindicações femininas, as mulheres priorizavam a necessidade de participar nas decisões, desde a escolha do local para o roçado e a definição da liderança na condução dos trabalhos.

No início era uma luta intensa, incessante e muita dura, porém, Nazaré Apurinã afirmou em 19 de abril de 2012 “que os homens encararam o gesto como uma afronta” Com objetivo de cessar a desconfiança, convidaram os homens ao primeiro grande encontro da organização, ocorrido em 1998, no qual 200 mulheres indígenas participaram. Na opinião da líder “queríamos mostrar que nosso objetivo não era competir, mas somar forças”.

As reuniões prosseguiram e, seis anos depois, foi formalizado a criação da Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – SITOAKORE, conforme exposto em entrevista de 19 de abril de 2012 por Nazaré Apurinã:

Sim foi a partir de 2004 que criamos a SITOAKORE, Organização das Mulheres Indígenas do Acre, com autonomia, e um trabalho voltado, não só para a produção do artesanato, mas também para as questões voltadas a saúde da mulher indígena, valorização das parteiras. Hoje, passados 16 anos desde o início de sua luta, elas dizem que a situação das mulheres nas aldeias ainda deixa muito a desejar. “Mas já há mulheres caciques e pajés. E passamos a influenciar nas decisões. É difícil deixar um filho na aldeia, com o

1 Coordenadora das Organização de Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia.

pai, para participar de um encontro em cidade, mas isso já começa a ser feito. O movimento nos fez sair das quatro paredes”.

Neste sentido, a luta e a perspicácia fez com que tanto o movimento de mulheres indígenas conjuntamente com suas organizações ganhassem destaques, fossem ouvidas e apresentassem novos rumos, além de adquirir forças em nível nacional e atingisse a escala internacional, de modo a ampliar espaços e territórios com suas lutas e resistência, por meio de seu protagonismo e empoderamento, os quais na atualidade são compreendidos pela maioria dos indígenas e pela sociedade envolvente. Assim, trata-se de conquista de espaços com muita luta e persistência e que são indispensáveis para a afirmação de pautas que buscam ampliar as políticas públicas destinadas aos povos originários.

Territórios e Lideranças Femininas

Abordamos que o território e os direitos territoriais são questões centrais para os povos originários, em que as mulheres têm tido um importante protagonismo, por exemplo, contribuem fortemente em todas as regiões do país e principalmente dentro das organizações do movimento indígena.

Os direitos das mulheres indígenas em muitos momentos foram debilitados pelo sistema de propriedade individual, opostos a seus sistemas tradicionais fundamentados na propriedade comunitária de terras e comunidades. Hoje em dia quando as famílias indígenas possuem parcelas familiares, são geralmente os homens os que são considerados como proprietários, e isto faz às mulheres mais dependentes, por isso estabelecem lutas em prol dos direitos territoriais e sociais como o acesso a saúde e educação. Assim, no Encontro de Mulheres Indígenas do Acre realizado em 2017, o discurso da liderança Sineia Wapichana é elucidativo, ao afirmar que:

A mulher atua sim na gestão de seu território, como forte instruidora. Nós não somente participamos, mas atuamos como protagonistas e defensoras de nossas terras tradicionais. Nós enfrentamos o sistema capitalista em nosso meio, enfrentamos uma série de coisas, a perda da Terra e algumas coisas relativas ao nosso território. Por isso nós estamos fazendo um estudo do que é bom para aproveitarmos, para isso nós elaboramos um livro da rotina das mulheres indígenas Wapichana, pois assim podemos compartilhar conhecimento de diferentes realidades, porque o povo indígena é um povo forte e resistente.

Deste modo, constata-se que a percepção não somente espacial/territorial das mulheres indígenas, mas também de suas atitudes políticas, sociais e culturais, fazem com que se sintam responsáveis pela preservação de seus territórios tradicionais. Neste sentido, no mencionado Encontro, a líder Almerinda Tariano, considera que “De modo geral, o território faz parte de nosso cotidiano, e somos responsáveis por elaborar estratégias onde as mulheres sejam reforçadas na luta pela terra, pois o trabalho da mulher é muito

Alessandra Severino Silva Manchiniery, Adnilson de Almeida Silva



importante na construção e na Gestão do Território”.

Este protagonismo vivenciado na atualidade, no entanto se deu em oposição ao verificado no passado, em razão de uma série de dificuldades internas e externas, conforme afirmou no Encontro de 2017 a líder Antônia Apurinã: “As mulheres indígenas estão ocupando espaço nas aldeias e também na sociedade do branco. Antigamente a gente não tinha isso, hoje estamos tendo oportunidade, com esses apoios. Precisamos ter o conhecimento da sociedade branca”.

Para que isso acontecesse as mulheres começaram a adentrar na luta dentro do Movimento, conforme relatou a líder e historiadora indígena Soleane Manchineri em entrevista concedida a nós em 2017, mediante a dificuldades e desafios das mais variadas ordens:

Sou Soleane Manchineri, nasci na cidade de Rio Branco, no Acre. Morei na Terra Indígena Mamoadate especificamente na Aldeia Extrema até os quatro anos de idade. Depois por motivo de doenças da minha avó materna, meus pais decidiram morar na cidade de Sena Madureira e também devido a idas e vindas de meus pais da aldeia para a cidade, já que meu pai marretava mercadorias da cidade para a aldeia e levava produtos agrícolas plantados na aldeia para comercializar na cidade. Um dia recebeu o convite de trabalho e decidi trabalhar na FUNAI. Foi então que paramos em Rio Branco. Na cidade tivemos que enfrentar muitas dificuldades financeiras e enfrentar o racismo e preconceitos relacionados à condição de ser indígena. Claro, encontramos muitas pessoas legais e generosas, no entanto muitas pessoas da sociedade eram cruéis por se acharem superiores aos povos indígenas. Durante muitos anos trabalhamos com questões para amenizar o racismo e preconceito nos setores da sociedade civil e demonstrar o lado rico das sociedades e culturas indígenas existentes no Estado do Acre, pois observamos que havia uma resistência aos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e desvalorização que causava danos como denegrindo a imagem, culturas e as tradições indígenas. É um desafio ainda a ser superado, pois muitos dos direitos dos povos indígenas que foram garantidos pela Constituição de 1988 foram e estão sendo omissos pelo Estado Nacional e pela sociedade que acredita que os povos indígenas têm muita terra e não produzem riquezas para o país. No entanto a cultura e a diversidade são a maior riqueza do país. Seus modos de vidas peculiares ajudam o país a ter riquezas e saúde mental, pois vivemos em meio uma sociedade consumista que enlouquece seus habitantes. O mínimo que o Brasil deveria era cumprir com sua parte que fora negociado em acordos internacionais para garantir a melhoria de vida e o respeito às culturas de todos os povos originários desta terra. Percebo que meu papel na sociedade é importante como símbolo de resistência para ajudar meus parentes a garantirem seus direitos já firmados por leis. As lutas e preconceitos que passei se tornam em nada quando muitos de meus irmãos estão sendo assassinados por causa de suas terras, seus modos de vida e

Alessandra Severino Silva Manchineri, Adnilson de Almeida Silva



suas culturas ancestrais. Além de serem roubados culturalmente na ciência e nos conhecimentos tradicionais.

Mais do que demonstra este relato sobre a história de vida dessas mulheres, também deixa evidenciado o processo de suas lutas e visões do que é política, do que são direitos e a importância de seu modo de vida para a perpetuação cultural e tradicional, bem como a necessidade de se colocarem no contexto da sociedade envolvente como visíveis e importantes para o desenvolvimento do país, em decorrência de suas experiências, conhecimentos, organização social, dentre outros fatores.

Mulheres no Movimento Indígena

A trajetória dos povos indígenas durante estes mais de quinhentos anos, através do “descobrimento” tem-se caracterizado por intensos embates territoriais, como resultado muitas etnias foram vítimas de genocídios, de preconceito, do dilaceramento cultural e espiritual, da adaptação de organização social e de parentesco. Somente nas últimas décadas do século XX, notadamente, a partir da Constituição de 1988 é que passaram efetivamente a ter algumas garantias, ainda que muito tímidas. A este respeito, Baniwa (2008, p.02) considera que:

Depois de duas décadas de intensa luta do movimento indígena brasileiro e de uma conquista política histórica do Partido dos Trabalhadores e do Lula em particular na presidência do Brasil, seria prazeroso demais poder falar de conquistas históricas no campo dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Mas infelizmente não é essa a sensação que impera entre os povos indígenas quando se trata de ampliação e garantia efetiva dos seus direitos. A sensação mais presente é de decepção e de dúvida. O estado de espírito só não é pior, porque, com o avanço da capacidade de luta, de ação e reação dos povos e das organizações indígenas, deposita-se a esperança não mais em um partido ou em um estadista salvador da pátria, mas na própria força e capacidade de resistência, de mobilização e de luta dos povos indígenas e seus aliados históricos para impedir as tentativas de retrocesso que ameaçam os direitos indígenas e outros direitos sociais conquistados às duras penas nas últimas décadas pelos segmentos sociais.

Essa força, capacidade de resistência, de mobilização e de luta dos povos indígenas ainda está muito presente, conforme assegurou Maria Ianomami, em 2017, durante o Encontro das Mulheres Indígenas do Acre: “Nós mulheres Indígenas, precisamos de voz para lutarmos juntas”.

Na mesma linha de raciocínio uma liderança Piru que habita a região de baixo Urubamba (Peru) enfatiza que: “Precisamos engrandecer nosso trabalho dentro da comunidade. Nós mulheres temos o poder de fazer o trabalho acontecer em nosso território. Precisamos nos impor enquanto mulher, devemos colocar nossa palavra para valer, e devemos investir na produção e

Mulheres Indígenas no Estado do Acre (BR): Do Território Tradicional aos Movimentos Indígenas nas Cidades

assim garantir uma alimentação adequada”.

No que tange o protagonismo recente de algumas mulheres indígenas no campo político, deve-se em parte à influência do feminismo, como ideologia, e pela temática do gênero, que procura a igualdade e equidade na diferença. Contudo, existem poucos estudos de como o tema de gênero e o feminismo têm impactado às comunidades indígenas. Nestas as mulheres que são lideranças são poucas, conforme demonstra o Quadro I.

Quadro I. Lideranças Femininas do/no Estado do Acre

Nome	Função	Etnia/Povo
Letícia Yawanawá	Coordenadora de Organização de Mulheres Indígena	Yawanawá
Alana Manchineri	Secretária de Juventude e integrante da Comissão Nacional de Juventude Indígena	Manchineri
Soleane Manchineri	Historiadora e técnica na Associação de Agroflorestais Indígenas do Estado do Acre	Manchineri
Yoka Manchineri	Técnica em Enfermagem e membro de fiscalização da saúde indígena	Manchineri
Marinês Apurinã	Membro das Organizações Jamamadi e Apurinã	Apurinã
Edna Shanenawá	Liderança Comunitária do Povo Shanenawa	Shanenawa
Francisca Arara	Coordenadora da Organizações de professores Indígenas do Acre	Shawadawa (Arara)

Fonte: Trabalho de campo, 2017. Manchinery, Alessandra. (Org).

Para tanto as mulheres indígenas são lideranças fundamentais na luta dos povos brasileiros pelo reconhecimento de sua terra e sua identidade. As diferentes etnias brasileiras estão representadas na atuação e participação política de inúmeras indígenas. Como tantas outras mulheres, elas também se veem muitas vezes divididas entre tantos afazeres e responsabilidades, além de enfrentar o machismo e a violência de gênero que irrompem sempre que levantam sua voz. Essas mulheres enfrentam questões que dificilmente encontram simpatia da população brasileira e que muitas vezes são ignoradas pelo feminismo, ainda mais numa época tão marcada pela dilaceração da cidadania.

Por esses motivos são instigadas a levantar suas próprias bandeiras, conforme destacou a líder Soleane Manchineri, em entrevista concedida a nós em 2017: “Nós lutamos, não somente pelos direitos dos povos indígenas, mas das mulheres também, estamos engajadas na luta e na resistência dos povos

Alessandra Severino Silva Manchinery, Adnilson de Almeida Silva



indígenas. E também na luta por direitos que estão sendo destruídos atualmente”. Ela ainda complementa que um dos assuntos que as mulheres indígenas tentam desconstruir é “a erotização de forma pejorativa e negativa na mentalidade dos homens”.

Destacamos assim que esse relato apresentado, assim como nos diálogos que ocorrem entre as mulheres indígenas, é necessário evidenciar suas realidades, suas limitações e os espaços que estão sendo excluídas dentro de determinadas agendas políticas, e que em parte resultam em perspectivas simplificadas de igualdade e de visões universalizantes de cidadania.

Por isso, é indispensável reforçar a urgência em reconhecer e respeitar a diversidade de interesses das mulheres indígenas. A história de Soleane Manchineri, de Nazaré Apurinã, Leticia Yawanawa, dentre outras, nos aproxima de um cotidiano pesado vivido por tantas mulheres, mas dificilmente há um envolvimento no processo de luta, visto que a sociedade envolvente continua-se distante devido ao preconceito e a dificuldade de enxergar outras formas de se organizar socialmente.

As lutas dessas mulheres são invisíveis até mesmo dentro do feminismo. É preciso um esforço grande para citar o nome de uma liderança feminina indígena. Da mesma maneira que a história formal possui a mesma postura frente aos feitos das demais mulheres, sejam elas organizadas ou não em movimentos, o que caracteriza um apagamento ou invisibilidade social. Portanto, divulgar e apoiar a luta dessas mulheres é o mínimo que podemos fazer. Neste sentido, a reflexão de Soleane Manchineri, durante entrevista cedida a nós em 2017, é pertinente:

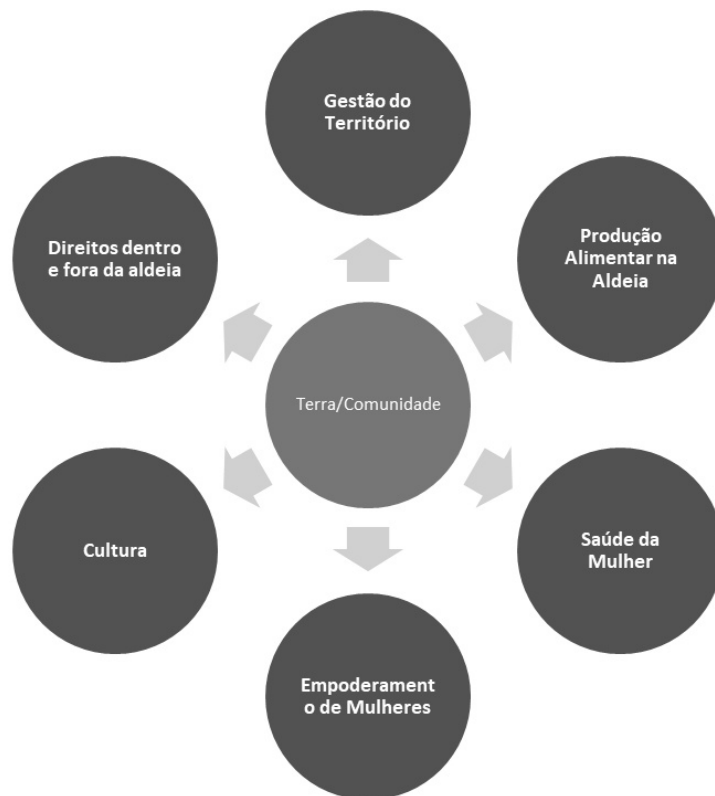
As mulheres indígenas trabalham em conjunto com seus parceiros, muitas delas têm um consenso com seus pares. No entanto, a sociedade tanto indígena quanto não indígena tem sentimentos que estão arraigados em sua mentalidade patriarcal e que não se muda de uma hora para outra, mas que podemos criar um diálogo para suprir essas debilidades.

Que diálogos são esses e quais se reportam a entrevistada? São aqueles que envolvem uma série de assuntos, principalmente, relacionados à participação de todos e inerentes às particularidades de cada povo indígena, conforme demonstramos no Diagrama I.

Esses diálogos com os respectivos assuntos foram tratados durante o primeiro Encontro de Mulheres Indígenas do Estado do Acre, ocorrido entre os dias 29 a 31 de agosto de 2017, do qual estivemos presente como participante. Foi realizado no espaço do Centro de Formação dos Povos da Floresta da CPI-AC e reuniu aproximadamente 100 mulheres, as quais representaram as seguintes populações: Huni kui, Katukina, Yawanawá Nukini, Naua, Shawãdawa, Shanenawa, Manchineri, Arara, Jaminawa e Puyanawa (Acre); Wayãpi, Yanomãmi (Amapá); Tariano e Mayoruna (Amazonas); Kaiabi (Mato Grosso); Waiana Apalai, Kaxuyana Tiriyo (Pará); Macuxi (Roraima); além dos Yine, Kichwa Runa, Harakmbut, e Shipibo da região de Madre de Dios que habitam o Peru, país limítrofe ao Acre.



Diagrama I – Diálogos pertinentes aos contextos indígenas



Fonte: Trabalho de campo, 2017. Manchinery, Alessandra (Org).

As mulheres destacaram ainda, que muitas delas, há trinta anos atrás, participavam caladas e sentadas a certa distância durante reuniões de trabalho dentro de suas aldeias, porém agora possuem vozes, contribuem mais efetivamente com discussões que envolvem questões indígenas e que estavam ali para enriquecer os debates. Deste modo, sentimos o quanto essas mulheres estão ativas, marcam afirmativamente seus territórios dentro e fora das aldeias, de modo a produzir protagonismos, empoderamento de mulheres e consequentemente transformações, as quais terão repercussões com conquistas de cidadania para seus povos.

Considerações Finais

Historicamente, o movimento indígena na Amazônia Ocidental sempre esteve presente na vida de homens e mulheres, entretanto, elas não tinham direito à voz, pois em momentos anteriores não havia empatia de muitos deles em dar ‘liberdade’, o que inclui a autora indígena do artigo.

Podemos afirmar que havia uma relação de conflito, entre deixar e não deixar as mulheres marcarem seus próprios territórios de luta e resistência dentro e fora das aldeias. Como é constatado ao longo do presente artigo, o movimento indígena foi criado pelos homens, logo, se apropriaram como algo ‘exclusivo’, com isso ocorria certa exclusão e indiferença.

A luta dessas mulheres gerou o que denominam de autodeterminação, isto é, a luta pela defesa da identidade e do território, e acima de tudo pelo empoderamento. Concebem que os homens indígenas em suas organizações

Alessandra Severino Silva Manchinery, Adnilson de Almeida Silva

não são adversários, mas excelentes aliados, de forma que quebra o discurso de competição e disputa de ideias, uma vez que as problemáticas pelos povos originários são muito maiores, assim como o capital e suas conexões que são poderosos e fortes e atinge a todos.

As mulheres insistentemente, ainda que de forma lenta, especialmente por seu empenho conseguiram vários espaços, os quais tem-se tornado palco e referência de lutas, com isso lutam pela demarcação e regularização de suas terras, fatos estes que não encerram suas lutas políticas. Destarte, passaram a lutar por uma educação e saúde diferenciada, organização e associações, bem como a utilização de recursos, o que inclui a terra como pauta comum, para se expressarem como participantes ativas e visíveis dos processos históricos.

Por fim, um dos desejos é a indispensável criação de um Plano Político, de Saúde e de Educação para Mulheres Indígenas no Estado do Acre. Este plano poderia incluir todas as discussões que elas citaram e acharam relevantes, durante o Encontro de 2017, o qual poderia ser aprovado em Lei, de modo a assegurar a essas mulheres o livre acesso à educação e o direito à participação em todas as instâncias que envolvam discussões e assuntos relacionados à questão dos povos originários do Acre. Esta é a nossa perspectiva, por ser algo fundamental, uma vez que acarretaria para as indígenas, uma significativa conquista dentro e fora de suas comunidades.

Referências

ALMEIDA, Maria Ariádina Cidade; CRUZ, Teresa Almeida. Protagonismo e Resistência do Movimento Indígena do Acre. **Anais do Encontro XVII de História da ANPUH-Rio/2016: Entre o Local e o Global**. Nova Iguaçu: UFRRJ, 2016, p.01-09. Disponível em: <http://www.encontro2016.tj.anpuh.org/resources/anais/42/1467076377_ARQ_UIVO_Resumo-Anpuh-RIO.pdf>. Acessado em 02 dezembro de 2017.

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**: “Orevaki Are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”. 2010. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná/SCT/DG/PPGMDG, Curitiba.

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Territorialidades, identidades e marcadores territoriais Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

BANIWA, Gersem Luciano. Expectativas do movimento indígena no cenário atual. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza. Políticas indígenas e políticas indigenistas no cenário brasileiro contemporâneo – subsídios e informações. **Relatório Comissão de Assuntos Indígenas – CAI/2006-2008**. Brasília: ABA, 2008. 90p. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/.../politicasingenas.s.doc>>. Acesso em 1 dezembro 2017.



BORGES, Paulo Humberto Porto. O movimento indígena no Brasil: Histórico e desafios. **Princípios**, v. 88, n.80. (São Paulo). Ago/Set 2005, p. 42-48. Disponíveis em: <<http://www.revistaprincipios.com.br/artigos/80/cat/970/o-movimento-indígenena-no-brasil-histórico-e-desafios.html>> e <<http://mukamukaupataxo.art.br/IMG/pdf/movimentoindigena.pdf>>. Acessado em 30 novembro de 2016.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização**: do ‘do fim dos territórios’ a multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MANCHINERY, Alessandra Severino da Silva. **Territorialidades do povo Manchineri**. (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia). Rio Branco: UFAC, 2014. 85 f.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACCHI, Ângela Célia. Mulheres indígenas e suas demandas de gênero. In: NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva; SILVA, Joseli Maria (Orgs). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014, p. 229 – 241.

SURUÍ, Almir Narayamoga; SURUÍ, Gasodá; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Uma abordagem de gênero a partir do microcosmo indígena Paiter Suruí. In: NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva; SILVA, Joseli Maria (Orgs). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014, p. 157 – 178.

Entrevistas

KAXINAWA, Valdemir. Entrevista em Rio Branco, dezembro de 2014.

MANCHINERI, José Severino da Silva (Cacique e Liderança do povo Manchineri). Entrevista em Rio Branco, agosto/2014.

MANCHINERI, Soleane de Souza Brasil (Historiadora do povo Manchineri). Entrevista em Rio Branco, 20 de outubro de 2017.

Relatos

APURINÃ, Nazaré. Relato em Rio Branco, 19 de abril de 2012.

YAWANAWA, Leticia. Relato em Rio Branco, 19 de abril de 2012.

Apoio

FAPERO. Chamada FAPERO Nº. 003/2017. Projeto: Geografia e marcadores territoriais: sentidos e representações socioculturais amazônicas.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Recebido em 07 de dezembro de 2017.

Aceito em 13 de setembro de 2018.

Alessandra Severino Silva Manchinery, Adnilson de Almeida Silva

